

PLANTÃO

— TRABALHISTA —



Ano 2026

• Edição nº 002

• Semana de 28 de Setembro a 02 de Outubro

INFORMATIVO SEMANAL



Técnico de enfermagem só tem direito ao piso por meio de convenção coletiva

A 7ª Turma do TRT da 3ª Região (MG) decidiu que o piso nacional da enfermagem não se aplica automaticamente a profissionais contratados pela CLT e negou diferenças salariais a uma técnica de enfermagem de uma clínica de Uberlândia. Segundo o relator, a implementação depende de negociação coletiva, dissídio coletivo ou paralisação momentânea dos serviços, mesmo que a empresa tenha recebido repasses da União para esse fim. O colegiado reconheceu, porém, a natureza salarial de duas parcelas pagas sob rubricas ligadas ao piso e mandou integrá-las à remuneração, com reflexos em 13º salário e férias.

Fonte: conjur.com.br[Acessar na íntegra ↗](#)

NESTA EDIÇÃO Sumário Executivo & Índice de Matérias

Edição nº 002/2026 • Guia Rápido

DESTAQUE DA SEMANA

Técnico de enfermagem só tem direito ao piso por meio de... convenção coletiva

• Matéria completa

Pág. 02

JUDICIÁRIO

Ação para garantir acesso a empresa durante greve deve ser julgada no 1º... grau

• 4 matérias

Pág. 03

EXECUTIVO

Novo Caged: Emprego formal gera 165,8 mil vagas em agosto e acumul... 1,13 milhão de postos no ano

• 4 matérias

Pág. 04

LEGISLATIVO

Projeto prevê medidas de acolhimento para trabalhadora que... retorna da licença-maternidade

• 4 matérias

Pág. 05

OUTRAS NOTÍCIAS

Justiça atende MPT e determina que hospital catarinense cumpra... integralmente legislação de jornadas

• 4 matérias

Pág. 06

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva e Conselho Editorial

Pág. 07



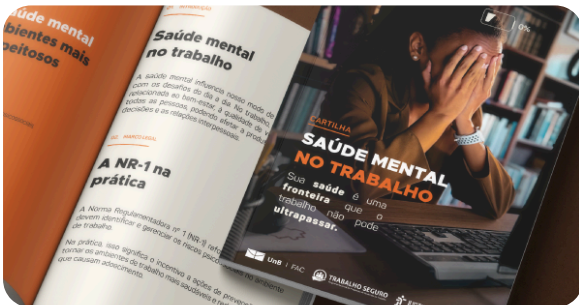
Ação para garantir acesso a empresa durante greve deve ser julgada no 1º grau

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST decidiu, por unanimidade, que pedidos para garantir o acesso à sede de uma empresa durante greve devem ser julgados por Vara do Trabalho, e não pelo Tribunal Regional. O caso envolve a Companhia de Habitação do Estado do Pará, que reuniu no...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Laboratório é condenado por assédio contra empregada durante licença-maternidade

A Segunda Turma do TST condenou a Biolab Sanus Farmacêutica a indenizar em R\$ 50 mil uma coordenadora de compliance avisada, durante a licença-maternidade, de que seria dispensada ao voltar ao trabalho. O TRT da 2ª Região (SP) havia afastado a condenação por entender que a comunicação...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Nova cartilha da Justiça do Trabalho traz alertas sobre saúde mental e riscos psicossociais no trabalho

A Justiça do Trabalho lançou, em 28 de setembro, a cartilha Saúde Mental no Trabalho, com orientações para prevenir riscos psicossociais. O material resume a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece a necessidade de identificar e gerenciar esses riscos, e trata da síndrome de...

[Acessar na íntegra ↗](#)

WhatsApp é citado como meio de assédio eleitoral em 37% das ações na Justiça do Trabalho

Pesquisa do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, divulgada em 28 de setembro, mostra que o WhatsApp foi citado como instrumento de assédio eleitoral em 37% das ações analisadas, e as redes sociais, em 14,5%. Nos casos em que o assédio não foi reconhecido, a fragilidade das...

[Acessar na íntegra ↗](#)



Novo Caged: Emprego formal gera 165,8 mil vagas em agosto e acumula 1,13 milhão de postos no ano

O emprego formal teve saldo de 165.827 postos em agosto, resultado de 2.294.563 admissões e 2.128.736 desligamentos, segundo o Novo Caged divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No acumulado de janeiro a agosto, o saldo chega a 1.134.033 vagas, alta de 2,41%, e o estoque alcançou 48.244.69...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com vigência para 2027 está disponível para consulta a partir desta quarta-feira (30)

O Ministério da Previdência Social liberou em 30 de setembro a consulta ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com vigência em 2027, calculado para 4.323.164 estabelecimentos. O índice varia de 0,5 a 2,0 e multiplica a alíquota do Seguro de Acidentes do Trabalho (1%, 2% ou 3% da folha), reduzindo ou...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Artigo de Pesquisa

Jornada laboral e carga de trabalho

percebida interferem na cultura de segurança da atenção primária



Jornada extensa e sobrecarga laboral afetam cultura de segurança e cuidado com pacientes da Atenção Primária

Estudo publicado na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, da Fundacentro, indica que profissionais da Atenção Primária à Saúde com jornadas longas e carga de trabalho elevada avaliam pior a segurança no cuidado com pacientes. Foram ouvidos 355 trabalhadores: mais de 73% relataram carga...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Guia Técnico

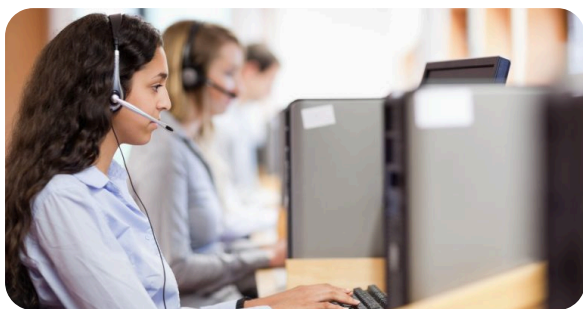
Avaliação de Riscos com Nanomateriais



Guia aborda avaliação de riscos ocupacionais envolvendo nanomateriais

A Fundacentro publicou um guia técnico com uma ferramenta qualitativa, a NanoCB-Fundacentro, para apoiar a avaliação de riscos ocupacionais na manipulação de nanomateriais. O método combina categorias de severidade e de probabilidade de exposição em uma matriz que classifica o risco como baixo...

[Acessar na íntegra ↗](#)



Projeto prevê medidas de acolhimento para trabalhadora que retorna da licença-maternidade

O Projeto de Lei 2307/26, em análise na Câmara dos Deputados, obriga empresas com 20 ou mais funcionários a adotar programas de acolhimento e reintegração para trabalhadoras que voltam da licença-maternidade. O texto prevê ao menos uma entrevista de alinhamento no retorno e a...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Projeto prevê indenização por atraso salarial e reforça combate ao assédio no trabalho

O Projeto de Lei 3151/26 prevê indenização ao empregado em caso de atraso no pagamento do salário: 2% do valor líquido da remuneração mensal, mais 1% por dia útil de atraso, até o limite de 20%. O atraso em três meses, consecutivos ou não, dentro de 12 meses será considerado mora reiterada. O texto do...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Projeto proíbe cobrança por consultas de retorno em planos de saúde e atendimentos privados

O Projeto de Lei 3204/26, em análise na Câmara, proíbe profissionais e estabelecimentos de saúde de cobrar por consultas de retorno, em atendimentos particulares ou por planos de saúde. Não é nova consulta o retorno marcado para outra data por falta de agenda, pelo tempo dos exames ou pel...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Proposta exige pagamento em dia de profissionais do SUS para liberação de repasses a terceirizadas

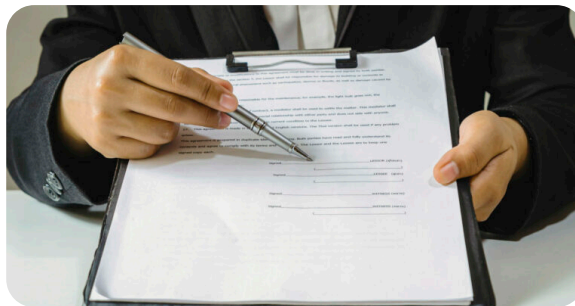
O Projeto de Lei 3095/26 cria a Política Nacional "Saúde sem Calote" e condiciona os repasses públicos a organizações sociais, empresas e Oscips que gerem hospitais e unidades do SUS à comprovação de que a folha do mês anterior foi paga. Se o atraso salarial passar de cinco dias úteis, o poder público...

[Acessar na íntegra ↗](#)



Justiça atende MPT e determina que hospital catarinense cumpra integralmente legislação de jornadas

A Justiça do Trabalho atendeu a ação civil pública do Ministério Público do Trabalho e determinou, em liminar, que o Hospital Baía Sul, de Florianópolis, cumpra os limites legais de jornada. A decisão proíbe mais de duas horas extras por dia e exige intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas, pausas para...

[Acessar na íntegra ↗](#)

Julgamento de fraude em contrato de PJ é competência da Justiça Comum

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região anulou uma sentença e enviou o processo à Justiça Comum, para que ela decida primeiro sobre a validade de um contrato firmado entre pessoas jurídicas. O autor, prestador de serviços, alegava que a contratação como PJ mascarava uma relação de emprego...

[Acessar na íntegra ↗](#)

TNU fixa teses sobre aposentadoria de profissionais da saúde expostos a agentes nocivos

A Turma Nacional de Uniformização fixou, por maioria, duas teses no Tema 383 sobre o reconhecimento de tempo especial para profissionais de saúde expostos a agentes biológicos em hospitais. Para quem realiza procedimentos geradores de aerossol, atende urgências em setores críticos como UTI,...

[Acessar na íntegra ↗](#)

STF cassa decisão do TST que afastou negociação individual de empregado

A 2ª Turma do STF cassou, por maioria, decisão da 1ª Turma do TST sobre um acordo individual de redução salarial firmado com empregado de nível superior e remuneração acima de duas vezes o teto do INSS. Prevaleceu o voto do ministro Gilmar Mendes: ao deixar de aplicar o artigo 444, parágrafo...

[Acessar na íntegra ↗](#)

EXPEDIENTE

DIRETORIA CNSAUDE

PRESIDENTE

Breno de Figueiredo Monteiro

VICE-PRESIDENTES

Christiane Maria do Valle Santos
Claudio Jose Allgayer
Francisco Roberto Balestrin de Andrade
Giovani Nascimento
Guilherme Xavier Jaccoud
Marcelo Moncorvo Britto
Rangel da Silva

DIRETOR SECRETÁRIO-GERAL

Lincoln Vieira Magalhaes

DIRETOR FINANCEIRO

Antonio Magno de Sousa Borba

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

Frederico Caetano Resende

VICE-PRESIDÊNCIA PARLAMENTAR

Pedro Bandarra Westphalen

DIRETORES

Elson Sousa Miranda
Felipe Valle de Albuquerque Magalhaes
George Meira Trigueiro
Gilmar Ferraz de Oliveira
Manoel Goncalves Carneiro Netto
Thiago Borges Damiao Faillace

CONSELHO FISCAL

Henri Siegert Chazan
Jefferson Clerke Lopes Campelo
Pedro Wanderley de Aragao

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Leonardo Riodades Daher Santos

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETOR EXECUTIVO

Genildo Lins de Albuquerque Neto

DIRETORA CNSAÚDE MULHER

Danielle Sousa Feitosa Ferreira

DIRETOR ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Mauricio Nunes da Silva

DIRETOR RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Pedro Pimentel

DIRETOR RELAÇÕES DO TRABALHO E SINDICAL

Clovis Veloso de Queiroz Neto

DIRETOR JURÍDICO

Marcos Vinicius Barros Ottoni

DIRETOR INSTITUCIONAL

Pablo dos Santos Meneses



A força da saúde empresarial brasileira

CANAIS OFICIAIS DE CONTATO



cnsaude.org.br



contato@cnsaude.org.br



+55 (61) 3321-0060



SHIS QI 13, Conj. 09, Casa 22, Lago Sul
Brasília/DF – 71635-090

REDES SOCIAIS OFICIAIS

Acompanhe as atualizações em tempo real, podcasts e informes jurídicos nas redes da CNSaúde:

